Secretaria de



PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0189/2024

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2024.

Processo nº	0800885-15.2024.8.19.0008,
ajuizado por	

O presente parecer visa atender à solicitação de informações técnicas da **3ª Vara Cível da Comarca de Belford Roxo** do Estado do Rio de Janeiro quanto ao medicamento **belimumabe** (Benlysta[®]).

<u>I – RELATÓRIO</u>

 De acordo com laudo médico padrão para pleito judicial de medicamentos da
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Num. 97773209 - Págs. 3 a 5) e Laudo médico
(Num. 97773209 - Págs. 6 a 7), emitidos em 14 de dezembro e 27 de setembro de 2023, pelos
médicos
ambos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, a Autora, 23 anos de idade, con
diagnóstico de lúpus eritematoso sistêmico e envolvimento renal (nefrite). Atualmente con
proteinúria de 6,7 g/24 horas, artrite, anti-DNA positivo. Apresentando falha ao medicamento
micofenolato de mofetila 3g/dia e hidroxicloroquina. Desse modo, foi prescrito à Autora
tratamento com belimumabe , na <u>dose de indução</u> - posologia 510mg nas semanas 0, 2, 4 e após, na
dose de manutenção – posologia de 510mg a cada mês.

2. Foi citada a seguinte classificação internacional de doenças (CID-10): M32.1 – Lúpus eritematoso disseminado [sistêmico] com comprometimento de outros órgãos e sistemas.

II – ANÁLISE

<u>DA LEGISL</u>AÇÃO

- 1. A Política Nacional de Medicamentos e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica estão dispostas, respectivamente, na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e na Resolução nº 338/CNS/MS, de 6 de maio de 2004.
- 2. A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, dispõe, também, sobre a organização da assistência farmacêutica em três componentes: Básico, Estratégico e Especializado. E, define as normas para o financiamento dos componentes estratégico e especializado da assistência farmacêutica.
- 3. A Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, estabelece, inclusive, as normas de financiamento e de execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS.
- 4. A Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, institui o Programa Previne Brasil, que estabelece o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.



Secretaria de



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

- 5. A Deliberação CIB-RJ nº 1.589, de 09 de fevereiro de 2012 relaciona os medicamentos disponíveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e/ou Municípios definindo a Relação Estadual dos Medicamentos Essenciais (REME-RJ).
- 6. A Deliberação CIB-RJ nº 5.743 de 14 de março de 2019 dispõe sobre as normas de execução e financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito do SUS no Estado do Rio de Janeiro e, em seu artigo 4º, estabelece o Elenco Mínimo Obrigatório de Medicamentos Essenciais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no Estado do Rio de Janeiro.
- 7. A Deliberação CIB-RJ nº 6.059 de 09 de janeiro de 2020 atualiza a Deliberação CIB nº 5.743 de 14 de março de 2019, no que tange aos repasses de recursos da União destinados ao Componente Básico da Assistência farmacêutica.
- 8. No tocante ao Município de Belford Roxo, em consonância com as legislações supramencionadas, esse definiu o seu elenco de medicamentos, a saber, Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, REMUME Belford Roxo, disponível no Portal da Prefeitura de Belford Roxo: https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/.

DO QUADRO CLÍNICO

O lúpus eritematoso sistêmico (LES) é uma doença autoimune sistêmica caracterizada pela produção de autoanticorpos, formação e deposição de imunocomplexos, inflamação em diversos órgãos e dano tecidual. Sua etiologia permanece ainda pouco conhecida, porém sabe-se da importante participação de fatores hormonais, ambientais, genéticos e imunológicos para o surgimento da doença. As características clínicas são polimórficas, e a evolução costuma ser crônica, com períodos de exacerbação e remissão. A doença pode cursar com sintomas constitucionais, artrite, serosite, nefrite, vasculite, miosite, manifestações mucocutâneas, hemocitopenias imunológicas, diversos quadros neuropsiquiátricos, hiperatividade reticuloendotelial e pneumonite. O diagnóstico é estabelecido a partir da presença de pelo menos 4 dos 11 critérios de classificação, em qualquer momento da vida dos pacientes, propostos pelo American College of Rheumatology (ACR), que são: eritema malar, lesão discoide, fotossensibilidade, úlcera oral, artrite, serosite (pleurite ou pericardite), alteração renal, alteração neurológica, alterações hematológicas, alterações imunológicas e anticorpo antinuclear (FAN)¹.

DO PLEITO

1. O **Belimumabe** é um anticorpo monoclonal IgG1 λ totalmente humano que se liga especificamente ao *BLyS* solúvel humano e inibe sua atividade biológica. Está indicado como terapia adjuvante em pacientes a partir de 5 anos de idade com <u>lúpus eritematoso sistêmico (LES) ativo</u>, que apresentam alto grau de atividade da doença (ex: antiDNA positivo e baixo complemento) <u>e que estejam em uso de tratamento padrão para LES</u>, incluindo <u>corticosteroides</u>, <u>antimaláricos</u>, AINEs ou outros <u>imunossupressores</u>; e em pacientes adultos com nefrite lúpica ativa que estejam em uso de tratamento padrão².

² Bula do medicamento Belimumabe (Benlysta®) por GlaxoSmithKline Brasil Ltda. Disponível em: < https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=BENLYSTA>. Acesso em: 30 jan. 2024.



¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas — Lúpus Eritematoso Sistêmico. Portaria Conjunta SAS/SCTIE/MS nº 21, de 01 de novembro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/20221109_pcdt_lupus.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

Secretaria de



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

III – CONCLUSÃO

- 1. A Autora tem **lúpus eritematoso sistêmico** em atividade, refratária aos tratamentos já efetuados, apresenta agora proposta médica para tratamento com **belimumabe**.
- 2. Informa-se que o medicamento **belimumabe** <u>possui indicação prevista em bula</u>², para o tratamento do quadro clínico apresentado pela Autora **lúpus eritematoso sistêmico** com doença em atividade, conforme relato da médica assistente. No entanto, <u>não integra</u> uma lista oficial de medicamentos (Componente Básico, Estratégico e Especializado) disponibilizados no SUS, <u>não cabendo</u> seu fornecimento a nenhuma das esferas de gestão do SUS.
- 3. O medicamento **belimumabe <u>possui registro</u>** ativo na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e <u>foi avaliado</u> pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC)³ para o tratamento de **lúpus eritematoso sistêmico**, a qual, na 117ª reunião ordinária, realizada no dia 28 de março de 2023, recomendou a <u>não incorporação no SUS do Belimumabe para o tratamento adjuvante de pacientes adultos com lúpus eritematoso sistêmico com alto grau de atividade apesar da terapia padrão e que apresentem falha terapêutica a dois imunossupressores prévios.</u>
- 4. A Comissão considerou <u>as limitações e as incertezas das evidências, particularmente no que se refere à proposição do preço pelo demandante, ao parâmetro de falha terapêutica e ao pressuposto de fracionamento das doses.</u> Foi destacada a extrapolação do limiar de custo-efetividade adotado pelo Ministério da Saúde, além de preocupações operacionais relacionadas à organização dos serviços para a sua implementação³.
- 5. A título de informação, **em outro momento**, tal medicamento já foi apreciado pela CONITEC, a qual, em reunião ordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2018, recomendou a <u>não</u> **incorporação** no SUS do belimumabe para tratamento de lúpus eritematoso sistêmico⁴.
- 6. Atualmente, para o tratamento do **lúpus eritematoso sistêmico**, o Ministério da Saúde publicou o **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas**¹ desta doença e, por conseguinte, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) atualmente **disponibiliza**, no CEAF, os medicamentos: hidroxicloroquina 400mg, azatioprina 50mg, ciclosporina, nas concentrações de 25mg, 50mg e 100mg (cápsulas) e 100mg/mL (solução oral) e metotrexato 2,5mg (comprimido) e 25mg/mL (solução injetável ampola de 2mL). A SES-RJ também disponibiliza os medicamentos micofenolato de mofetila 500mg e micofenolato de sódio 360mg (protocolo estadual).
- 7. Cabe ressaltar ainda que este PCDT³ faz referência ao <u>belimumabe</u> mencionando que o mesmo foi avaliado e não incorporado no âmbito do SUS. A análise conduzida apontou baixa qualidade dos estudos que comparam seu benefício e segurança, frente aos tratamentos já disponibilizados pelo SUS, além do seu alto custo. Por isso, <u>este Protocolo não preconiza o</u> uso de belimumabe para o tratamento do LES.

⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Relatório de Recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC Nº 344, Julho/2018 – Belimumabe para lúpus eritematoso sistêmico. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/2018/relatorio_belimumabe_lupuseritematososistemico.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.



3

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Relatório de Recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC Nº 810, março 2023 – Belimumabe intravenoso para o tratamento adjuvante de pacientes adultos com lúpus eritematoso sistêmico com alto grau de atividade apesar da terapia padrão e que apresentem falha terapêutica a dois imunossupressores prévios. Disponível em: . Acesso em: 30 jan. 2024.



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

- 8. Em consulta realizada ao Sistema Nacional de Gestão de Assistência Farmacêutica (HÓRUS), verificou-se que a Autora <u>está cadastrada</u> no CEAF para recebimento dos medicamentos micofenolato de mofetila 500mg (comprimido) e hidroxicloroquina 400mg, tendo realizado a retirada de ambos os fármacos em 11 de janeiro de 2024.
- 9. No que tange ao relato médico sobre tratamento atual (Num. 97773209 Págs. 3 a 6) micofenolato de mofetila e hidroxicloroquina, <u>não foi mencionado se os demais medicamentos azatioprina, ciclosporina e metotrexato disponibilizados pelo SUS para o tratamento do lúpus já foram empregados no plano terapêutico da Autora.</u>
- 10. Desse modo, recomenda-se, avaliação médica acerca do uso dos medicamentos padronizados ainda não utilizados pela Autora.
 - <u>Caso positivo</u>, a Autora deverá solicitar <u>cadastro</u> no CEAF comparecendo à Rio Farmes Nova Iguaçu – Av. Governador Roberto Silveira, 206 – Centro/Nova Iguaçu Tel.: (21) 98169-4917/98175-1921. Horário de atendimento: 08-17h, portando as seguintes documentações:
 - ✓ <u>Documentos Pessoais</u>: Original e Cópia de Documento de Identidade ou da Certidão de Nascimento, Cópia do Cartão Nacional de Saúde/ SUS, Cópia do comprovante de residência.
 - ✓ <u>Documentos médicos</u>: Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos (LME), em 1 via, emitido a menos de 90 dias, Receita Médica em 2 vias, com a prescrição do medicamento feita pelo nome genérico do princípio ativo, emitida a menos de 90 dias. O Laudo de Solicitação deverá conter a descrição do quadro clínico do paciente, menção expressa do diagnóstico, tendo como referência os critérios de inclusão previstos nos PCDT do Ministério da Saúde, nível de gravidade, relato de tratamentos anteriores (medicamentos e período de tratamento), emitido a menos de 90 dias e Exames laboratoriais e de imagem previstos nos critérios de inclusão do PCDT.
- 11. Caso a Autora venha a fazer uso do medicamento **belimumabe**, recomenda-se que seja reavaliada pela médica assistente, periodicamente, a fim de verificar a efetividade do tratamento.

É o parecer.

À 3ª Vara Cível da Comarca de Belford Roxo do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

JACQUELINE ZAMBONI MEDEIROS Farmacêutica CRF- RJ 6485 ID: 5013397-7 FLÁVIO AFONSO BADARÓ
Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277 ID. 436.475-02

